

# Espiritualidade sacerdotal

JOSÉ JACINTO FERREIRA DE FARIAS, SCJ\*

É de extrema actualidade a questão da espiritualidade sacerdotal e da sua especificidade, digo a espiritualidade do Padre diocesano ou secular, relativamente à tradição monástica<sup>1</sup> e à espiritualidade laical, ou seja, o legítimo estatuto teológico do leigo, na sua condição de casado e de empenhado nas tarefas seculares: «É própria e peculiar dos leigos a característica secular» (LG 31).

Na Igreja não há nada que seja exclusivo de grupos ou de formas de existência cristã, porque tudo é dom para enriquecimento da Igreja e, nesta medida, um enriquecimento para os próprios. No entanto, é necessário investigar-se o conteúdo teológico específico que há-de informar o ministério sacerdotal do Padre diocesano, tanto mais que não se trata apenas de um ministério, de uma acção pastoral, mas também de um *ser sacerdotal*<sup>2</sup>. A minha tese de fundo é que a espiritualidade do *clero diocesano* se caracteriza, por um lado, pela *caridade pastoral*, a qual pressupõe uma *ontologia* e uma *eclesiologia da comunhão*, ou seja, o Padre diocesano, que tem a seu cuidado directamente a solicitude por uma comunidade normalmente paroquial, mas não só, deve espiritualmente caracterizar-se pela sua *caridade pastoral*, em virtude da sua configuração com Cristo Pastor, e, por outro lado, e em consequência, ser essencialmente o *homem da comunhão* ou o *fazedor de comunidade*. É neste sentido que se orienta a *Pastores dabo Vobis*: «O princípio interior, a virtude que orienta e anima a vida espiritual

---

\* Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa (Lisboa).

<sup>1</sup> O clero *religioso* vive o sacerdócio animado pela espiritualidade carismática própria, como um dom de Deus à Igreja que assim é enriquecida com numerosos dons e carismas, e que fecunda e potencia a vivência do ministério sacerdotal, nas funções e missões que lhes são próprias.

<sup>2</sup> Cf. G. GRESHAKE, *Priestersein. Zur Theologie und Spiritualität des priesterlichen Amtes* (Freiburg-Basel-Wien: Herder 1985<sup>4</sup>) 109-179.

do presbítero, enquanto configurado a Cristo Cabeça e Pastor, é a *caridade pastoral*, participação da própria caridade pastoral de Cristo Jesus: dom gratuito do Espírito Santo, e ao mesmo tempo tarefa e apelo a uma resposta livre e responsável do sacerdote»<sup>3</sup>; «*caridade pastoral...*», afirma o documento noutra lugar, «constitui a alma do ministério sacerdotal»<sup>4</sup>. E, acerca da outra nota, ser o Padre o *homem da comunhão*, diz ainda a mesma Exortação Apostólica: o presbítero «é *servidor da Igreja comunhão*, porque – unido ao Bispo e em estreita relação com o presbitério – constrói a unidade da comunidade eclesial na harmonia das diferentes vocações, carismas e serviços»<sup>5</sup>. Porque *homem da comunhão*, deve ser na comunidade o homem da missão e do diálogo: «Além disso, precisamente porque no âmbito da vida da Igreja é ele o homem da comunhão, o presbítero deve ser, no relacionamento com todas as pessoas, o homem da missão e do diálogo»<sup>6</sup>.

Estas duas notas caracterizam o perfil teológico de todo o Padre, mesmo o *religioso*, só que, neste caso, esta mesma espiritualidade é fecundada pelo carisma próprio e específico da Congregação ou Instituto a que pertence, que dinamiza a caridade pastoral e o serviço da comunhão, mas numa solicitude por toda a Igreja. A abertura ao serviço de toda a Igreja constitui uma das notas específicas do ministério sacerdotal nas Congregações religiosas. Também por esta razão, é fundamental a presença nas dioceses de Congregações religiosas que recordam, não só o absolutamente necessário dos conselhos evangélicos<sup>7</sup>, mas também a Igreja, que na plenitude do seu mistério se diz numa Igreja particular, mas que é mais vasta que a paróquia e a diocese.

As notas que se seguem não pretendem oferecer uma teologia completa da espiritualidade sacerdotal no que diz respeito ao *clero secular*, mas apenas propor alguns *critérios* orientadores para o cultivo da *graça e do carácter* sacerdotal, no pressuposto de que a *espiritualidade sacerdotal* (bispo e presbítero) tem a sua origem e fundamento no mistério de Cristo, com o qual o sacramento da ordem configura. Neste sentido a espiritualidade sacerdotal é essencialmente *crisológica*.

<sup>3</sup> *Pastores dabo vobis*, 23.

<sup>4</sup> *Pastores dabo vobis*, 48.

<sup>5</sup> *Pastores dabo vobis*, 16.

<sup>6</sup> *Pastores dabo vobis*, 18.

<sup>7</sup> Na *Lumen Gentium* o capítulo VI é consagrado aos *religiosos* que são na Igreja o sinal de que a santidade, a que todos os cristãos são chamados, é possível viver-se. Eles são chamados a ser sinal na Igreja e no mundo do *primado absoluto do reino, de Deus sumamente amado*. Não são na Igreja um ministério, mas sim um *carisma*, que pode ser vivido de vários modos, no estado laical e também no *estado clerical*.

## 1. No seguimento de Cristo

Segundo a Escritura e a Tradição, o sacerdote é o representante, a forma de aparição de Jesus Cristo. O seu ministério funda-se numa especial «missão» que o Senhor lhe confiou na Igreja. Por isso, o ministério sacerdotal e, por conseguinte, a sua «espiritualidade», há-de orientar-se e encontrar a sua medida a partir do mistério de Jesus Cristo, o qual não tinha onde reclinar a cabeça (cf. Mt 8,20), provocou resistência e foi objecto de perseguição (cf. Mc 8,28).

Então, se Jesus Cristo é o modelo do ministério sacerdotal, devemos procurar captar o núcleo essencial da existência e da missão de Jesus.

Este núcleo essencial tem a ver com o mistério do Reino de Deus, cuja vinda acontece na sua pessoa e representa a radicalidade do 1º Mandamento e da 1ª Bem-aventurança. Neste horizonte do Reino de Deus, a existência de Jesus aparece como diaconia, como «pro-existência», cuja vida de profeta O revela como o homem para os outros, como o homem de Deus por excelência.

O Reino de Deus tem a ver com o mistério do amor do Pai, do qual Jesus é a forma de aparição mais pura, que se exprime na relação abbática, donde irrompe, como epifania, a sua condição filial única e exclusiva. Esta existência filial encontra a sua mais radical manifestação na hora da cruz, onde o Filho aparece como o Servo sofredor, daquele sofrimento que decorre da vivência da unidade com o Pai, que nada pode separar nem cindir, e que se torna referência para toda a experiência cristã, que será uma experiência de relação filial no Espírito do Filho.

A espiritualidade sacerdotal há-de encontrar aqui o seu núcleo inspirador original. O sacerdote, cujo ministério acontece «*in persona Christi*» e «*in persona ecclesiae*»<sup>8</sup>, há-de orientar-se a partir deste núcleo essencial do mistério do Reino de Deus, que Jesus Cristo anuncia e que Ele mesmo é, e que há-de constituir, por consequência, o núcleo essencial quer da existência quer do ministério sacerdotal. O Padre será o «homem de Deus» cujo dinamismo apostólico decorre desta comunhão de amor, que caracteriza os discípulos, que já não são servos, mas amigos (cf. Jo 15,14).

---

<sup>8</sup> Cf. G. GRESHAKE, *Priestersein*, 89-104.

## 2. «Re-presentation» sacramental

Como sinal e instrumento da acção do Senhor na Igreja, o ministério sacerdotal pauta-se pelo mesmo dinamismo que informa a Pessoa e a acção de Cristo, ou seja, o Reino de Deus.

Isto vale, antes de mais, para o aspecto sacramental-objectivo do ministério, na medida em que o sacerdócio tem a ver com a acção salvífica de Cristo, do qual é a mediação. Na acção sacerdotal, a Igreja não está ligada à pessoa do ministro, mas sim ao Senhor glorificado, que o ministro representa. Através do ministério da mediação, o Padre garante a relação recíproca do homem com Deus. Mas isto só é possível, se o ministro ordenado receber de Cristo uma capacitação para agir em seu lugar em representação sacramental. Trata-se de uma capacitação que está ligada ao seu ministério, isto é, à sua vocação, consagração e missão.

Na tradição da Igreja, esta capacitação é o «carácter indelével». É «indelével», porque radica na promessa irrevogável de Cristo, de continuar a sua acção salvadora através do serviço dos ungidos. Porque a capacitação para o serviço ministerial tem a sua origem em Deus mesmo, de acordo com a palavra de S. Paulo (2Cor 3,6ss), o pecado e mesmo a apostasia não a podem anular. O «carácter» representa em última instância a suprema independência do ministério a respeito da situação subjectiva de salvação.

Se o ministério salvífico dependesse da santidade pessoal, isso representaria não só uma sobrecarga impossível de suportar, mas também poria em causa a oferta escatológica e definitiva da salvação, que seria, portanto, como que limitada pelos pecados e pelas fraquezas humanas. A doutrina do «carácter indelével» não representa a afirmação da superioridade do ministério sacerdotal sobre os leigos, mas sim a condição de possibilidade da entrega incondicional da Igreja à promessa do Senhor, que, através do ministério sacerdotal, se torna próximo e presente nela.

Para o ministro, o «carácter» representa a permanente memória da sua pobreza, porquanto o que nele e por ele acontece infinitamente o transcende; o «carácter» é um sinal permanente da sua condição radicalmente humilde. O «carácter» confere-lhe um «poder» para ser «apenas» mediador da salvação que o envolve, porque a salvação é uma realidade «objectiva», uma objectiva acção santificante, que o ministro serve e representa, sem que ela dependa da sua santidade pessoal, se bem que a exija.

Na história da teologia, este foi o especial contributo de Santo Agostinho, o qual, na polémica com os donatistas, sublinhou que a eficácia sacramental da presença redentora de Cristo não está dependente da santidade do ministro:

«Quer seja Pedro quem baptize, é Cristo que baptiza; quer seja Paulo a baptizar, é Cristo quem baptiza; quer seja Judas a baptizar, é Cristo quem baptiza»<sup>9</sup>. Na verdade, a santidade que se celebra eficazmente nos sacramentos em geral não é a santidade subjectiva do homem, mas sim a santidade de Deus. No baptismo, como em todos os outros sacramentos, o homem é incorporado no mistério de Cristo; Ele é o agente principal, do qual o ministro é servo, no sentido exacto do termo.

### 3. Na tensão «existencial sacramental» do ser e da missão

A polémica anti-donatista se, por um lado, representou um momento fundamental de discernimento, na medida em que sublinhou que a salvação não está dependente da santidade subjectiva ou da elevação moral do ministro, mas de Cristo, por outro, teve como consequência negativa a possível redução quase meramente funcional do ministério. O desafio que daqui decorre é o de operar um reequilíbrio teológico e espiritual que permita realizar na vida a unidade entre ser e missão, que caracteriza o mistério de Cristo e que representa o maior desafio para o ministério ordenado.

Assim como em Abraão, chamado para ser uma fonte de bênçãos para todos os povos (Gen 12,2); assim como, na plenitude dos tempos, Jesus Cristo é o Reino de Deus em pessoa; assim como também em S. Paulo a sua identificação com Cristo – «Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim» (Gal 2,20) – o leva a colocar-se como modelo a ser por todos imitado (cf. 1Cor 11,1); assim também, no seguimento da vocação e no modo apostólico de viver o ministério, o ministro ordenado é chamado a uma profunda identificação com Cristo, de tal modo que, no seguimento e imitação, ele seja verdadeiramente o homem de Deus. A sua missão há-de impregnar ontologicamente o seu ser.

Como homem de Deus, ministro/servo de Cristo, nunca há-de entender-se nem aparecer como «funcionário», mas sim como aquele que, à maneira de S. Pedro (cf. Jo 21,15), primeiro experimentou o amor e dele é então testemunha para os seus irmãos, que é chamado a confirmar na fé.

A exigência de santidade do ministro ordenado, no seu serviço apostólico para os outros, decorre da relação sacramental distinta com o mistério de Deus. A santidade sacerdotal está ligada ao «carácter» que o sacramento imprime, e que configura, a um título novo, com Cristo, ao ponto de o representar – «in

---

<sup>9</sup> In Joan. ev. 6,7.

*persona Christi*» (LG 10; PO 2). Quando diz, na Eucaristia, «Isto é o meu corpo entregue por vós», di-lo de Cristo, como é óbvio, mas di-lo também da Igreja e de si mesmo.

O ministério ordenado envolve, por conseguinte, a existência toda e contém em si mesmo a marca da perenidade, que, segundo a tradição teológica, não apenas envolve o decurso da história, mas permanece na eternidade. O sacerdócio será uma existência, marcará um estilo de vida próprio, que há-de distinguir-se quer do laicado, quer da tradição monástica e da Vida Religiosa, mas que é compatível com esta última forma da existência cristã. Porque na realidade não se trata de uma função que possa ou deva ser exercida por um certo tempo, mas porque, ao contrário, «caracteriza» toda a sua existência, o sacerdócio pressupõe uma vocação em sentido próprio. Por isso, não é uma simples delegação da comunidade nem tem origem nela; implica um estilo próprio de vida, pelo que o sacerdócio será também e essencialmente um modo de ser.

Este modo de ser há-de ser considerado a partir de dois âmbitos distintos: no âmbito da espiritualidade própria do sacerdote, na radical identificação com o mistério de Cristo, na pobreza, na obediência e no celibato consagrado por amor do Reino dos céus; no âmbito da acção no mundo, que faz com que não sejam próprias dele nem uma profissão civil nem a actividade política, que é o lugar próprio dos leigos no mundo. Esta última decorre da intuição teológica de que a consagração sacerdotal envolve a pessoa na interioridade do seu mistério e na sua relação com a sociedade, como homem da reconciliação e da paz.

#### 4. Segundo a lógica dos conselhos evangélicos

O Concílio Vaticano II e a teologia pós-conciliar têm acentuado que o caminho da santidade é proposto a todos os cristãos, é uma vocação universal, que radica no baptismo, no qual todos os filhos de Deus recebem o mesmo Espírito da filiação, o mesmo Espírito que santifica<sup>10</sup>. Esta tese teológica hoje serenamente recebida, tem também na base uma nova aproximação hermenêutica do Evangelho, que vê no convite de Jesus ao jovem rico – «se queres ser perfeito» (cf Mt 19,21) – a indicação do único caminho da perfeição evangélica, o caminho do seguimento do Senhor, pobre, obediente e casto.

---

<sup>10</sup> A universalidade da vocação à santidade é desenvolvida no capítulo quinto da *Lumen Gentium*.

Este ideal da perfeição moveu, na antiguidade, a heroicidade dos mártires e das virgens e viúvas (como primeiras configurações da existência cristã), e inspirou os Padres da tradição monástica, a partir do séc. IV, os quais pretendiam continuar a mesma experiência da comunidade dos apóstolos com o Senhor.

Se é verdade que no princípio o ideal do cristão era a experiência do mártirio, bem representado por Santo Inácio de Antioquia, a partir do séc. IV foi-se impondo o ideal de um «martírio continuado», a *'fuga mundi'* dos Padres do deserto. O ideal de perfeição evangélica passava pela radicalidade de deixar tudo, dando os bens aos pobres e seguindo o Senhor no deserto, estilo de vida que bem depressa se configurou em torno dos *conselhos evangélicos*, da *pobreza, obediência e castidade*. Mesmo se nem todos podiam ser monges, a verdade é que os cristãos passaram a viver à maneira dos monges, na medida em que cultivavam a vida de oração, de esmola e de jejum.

A espiritualidade sacerdotal foi também marcada pelo ideal do monge, tal como aparece em Santo Agostinho e nos Padres Capadócijs (S. Basílio de Cesareia e S. Gregório de Nazianzo). Foram estes Padres que organizaram a vida monástica, que aparecia, portanto, como a configuração existencial de toda a vida cristã nas suas diversas formas. E o bispo surgia não apenas como o garante da fidelidade às regras monásticas, mas também como a manifestação da radicalidade cristã neste modo de vida. Nos Padres do séc. IV e V a espiritualidade sacerdotal (episcopal e presbiteral) coincidia com a espiritualidade monástica, entretecida toda pelos conselhos evangélicos.

Se dermos um salto no tempo, vamos encontrar um momento fundamental na determinação da *espiritualidade sacerdotal* no concílio Vaticano II (1962-1965). Aqui a espiritualidade sacerdotal encontra-se delineada na *'Lumen Gentium'* por um lado, na configuração com o mistério de Cristo na sua condição de cabeça da Igreja, e, por outro, no seu lugar específico na Igreja na linha da sucessão apostólica. A espiritualidade sacerdotal é aquela que decorre da natureza *'apostólica'* do seu ser, ou seja, a de o sacerdócio ser na Igreja o mesmo que os apóstolos eram com o Senhor e na Igreja primitiva.

Os sacerdotes sentam-se como os apóstolos à mesa do Senhor, e auscultam, como o discípulo predilecto, o pulsar da Seu coração no acto supremo do amor e da entrega de Si pela redenção do mundo. A tradição teológica compreendeu muito bem o que isto representava, quando, desde S. João Crisóstomo, considera o sacerdote *'alter Christus'*, tema que o Concílio confirma ao dizer que o sacerdote actua *'in persona Christi capitis'*» (LG 10; PO 2).

O decreto sobre a ordem presbiteral (sobre os Bispos o essencial encontra-se na *Lumen Gentium*, nn.18-27) apresenta a espiritualidade sacerdotal

decalcada nos *conselhos evangélicos* (PO 15-17), o que significa que nos encontramos aqui no plano dos alicerces da experiência humana e cristã enquanto tal. Os sacerdotes (Bispos e padres) são chamados a ser sacramentalmente para a Igreja a representação 'simbólica' de Cristo esposo da Igreja. A espiritualidade sacerdotal constitui na realidade o projecto e o ideal apostólico de S. Paulo, quando a certa altura diz: «já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim» (Gal 2,20). Tal como o Apóstolo, os sacerdotes (Bispos/presbíteros) são chamados a viver a grandeza da mesma missão, que não está ao dispor das forças humanas, mas apenas n' Aquele que é a sua força. O segredo, tal como para o Apóstolo, está na graça divina que nunca falta àqueles que o Senhor chamou. O sacerdócio é uma vocação e um mistério, que há-de ser acolhido com temor e gratidão, na pobreza e humildade de quem serve. Aqui é importante recordar Santo Agostinho quando dizia: «convosco sou cristão e para vós sou bispo»<sup>11</sup>.

Julgo ter confirmado o ponto de partida destas breves notas sobre a *espiritualidade sacerdotal* com particular referência ao *clero diocesano*, na medida em que, no que diz respeito ao *clero religioso*, este enquadra a sua consagração sacerdotal no carisma e na missão do Instituto a que pertence. Entre nós apraz-me registar o contributo muito significativo de Carlos Azevedo no seu ensaio – *Ser Padre* – ocupando-se, no terceiro capítulo do seu estudo, da *espiritualidade sacerdotal*, na base do que representa a graça do sacramento da ordem<sup>12</sup>.

Embora colocando-se numa perspectiva mais *pastoral e de animação*, gostaria de sublinhar o acento que coloca na *caridade pastoral*, por um lado, e, por outro, nos *conselhos evangélicos*, como forma de viver a configuração sacramental com Cristo. O que para o *padre religioso* será a sua *comunidade* é para o padre diocesano a *diocese e a paróquia*, como espaço eclesial de vivência da comunhão e do serviço da comunhão.

Numa outra perspectiva, mais claramente *ministerial*, gostaria aqui de evocar o contributo de A. Sílvio Couto com o seu ensaio sobre o ministério sacerdotal também numa perspectiva mais teológico-pastoral<sup>13</sup>. Aqui se vê a fecundidade pastoral que decorre do exercício do ministério sacerdotal nas suas diversas funções, que vão desde a presidência da comunidade em representação sacramental de Cristo, cabeça e esposo da Igreja, até às funções profética e de governo da comunidade, ao serviço da vida, da verdade e da liberdade.

<sup>11</sup> «Vobis sum episcopus, vobiscum christianus» (*Sermo* 340,1: 38,1483).

<sup>12</sup> Cf. Carlos AZEVEDO, *Ser Padre* (Lisboa: UCE 2004).

<sup>13</sup> Cf. A. Sílvio COUTO, *Dom e Carisma de ser Padre. Contributo para uma reflexão teológico-pastoral sobre o ministério sacerdotal* (Prior Velho: Paulinas 2008).

E com este apontamento concluo estas breves notas que gostariam tão só de pôr em relevo que na missão sacerdotal – tanto no quadro de uma diocese como de uma congregação religiosa com o seu carisma e a sua missão na Igreja – o essencial é a configuração sacramental com Cristo, identificação sacramental e ministerial que só será fecunda se se der uma profunda vivência espiritual e mística, no sentido da afirmação paulina: «já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim» (Gal 2,20).